



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

**PARTIDO ÚNICO OU SUPRESSÃO PARTIDÁRIA:
AS ESCOLHAS DE MUSSOLINI E VARGAS EM SEUS REGIMES**

Michel Fernandes de Queiroz

Brasília, agosto de 2017.

Michel Fernandes de Queiroz

**PARTIDO ÚNICO OU SUPRESSÃO PARTIDÁRIA TOTAL:
AS OPÇÕES DE MUSSOLINI E VARGAS EM SEUS REGIMES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História do Instituto de
Ciências Humanas da Universidade de Brasília
como requisito parcial para a obtenção do grau
de licenciado/bacharel em História.

Orientador: Prof Dr. Mateus Gamba Torres

Brasília, 2017.



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

PARTIDO ÚNICO OU SUPRESSÃO PARTIDÁRIA:
AS ESCOLHAS DE MUSSOLINI E VARGAS EM SEUS REGIMES

BANCA EXAMINADORA:

Prof.a Dra. Eloísa Pereira Barroso
Instituto de Ciências Humanas - Departamento de História - Universidade de Brasília

M.^a Klenize Chagas Fávero
Analista em Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e
Serviços

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (orientador)
Instituto de Ciências Humanas - Departamento de História - Universidade de Brasília

Brasília, 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Virgem Maria Santíssima pelos incontáveis momentos de intercessão em minha vida. Agradeço aos meus pais, por todo o suporte emocional e financeiro que me permitiram caminhar, apesar das inúmeras dificuldades, nesses longos anos em que estive na Universidade de Brasília.

Meus sinceros agradecimentos aos meus professores de História na educação básica, em especial aos professores César Fontana e Patrícia Braga, que mesmo em meio ao descaso governamental, deram o seu melhor e me inspiraram a seguir a profissão. Agradeço também aos professores do departamento de História, em especial, Eleonora Zicari Costa de Brito, Tiago Luís Gil, André Gustavo de Melo Araújo, Ione de Fátima Oliveira, Daniel Barbosa Andrade de Faria, Wolfgang Döpcke e Mateus Gamba Torres que me mostraram o quão multifacetado é o conhecimento historiográfico.

Agradeço a todos os meus amigos, em especial a família “Renault Clio” que comigo trilhou com risos e lágrimas o curso de História, a família “Azulanjos” que caminhando na fé me ajudaram a perseverar, aos amigos do futebol, que exerceram importantíssima função como válvula de escape aos estresses da vida, aos meus mais que amigos, e sim irmãos para a vida toda, Gabriel Oliveira e Matheus da Silva, pois sem a “Panela Depressão” não chegaria até aqui. Deixo meu agradecimento ainda para aquelas pessoas que mesmo distantes de mim, não saem do meu coração e me ajudaram sem nem ao menos saberem.

E por fim agradeço à História, tão sublime e imaterial, que abriu-me os olhos para as mazelas, angústias e medos do mundo, me capacitando a reconhecer a beleza singela e fugaz da humanidade.

*“Esse historiador dos
corações e das almas terá
menos deveres que os
historiadores dos
acontecimentos? Por acaso,
julgam que Alighieri tem
menos coisas a dizer que
Maquiavel? O Subsolo da
civilização, por ser mais
profundo e sombrio, é menos
importante que a superfície?
Uma montanha pode ser bem
conhecida quando se
ignoram como são suas
cavernas? (...) Ninguém é
bom historiador da vida
patente, visível, palpável e
pública se não for ao mesmo
tempo, em certa medida,
historiador da vida íntima e
secreta”.*

Victor Hugo – Os miseráveis

RESUMO

Esta pesquisa analisa as escolhas partidárias de Mussolini e Vargas e os motivos que levaram, no caso italiano, ao unipartidarismo, e no caso brasileiro, a extinção de todos os partidos políticos. Sob a ótica, sobretudo de discursos, a pesquisa observará as tomadas de posição dos dois grandes líderes e todo o jogo político travado dentro das forças que os apoiaram. Compreender as disputas e mudanças internas dentro do Partido Nacional Fascista, e a incapacidade do governo Vargas de criar um partido único, são as questões aqui tratadas

PALAVRAS-CHAVE: Unipartidarismo, extinção partidária, partidos políticos, Vargas, Mussolini, Partido Nacional Fascista, Fascismo, Marcha sobre Roma, Revolução de 30.

ABSTRACT

This research analyses the political choices of Benito Mussolini and Getúlio Vargas about the reasons that led, in Italian case, to unipartidarism, and in Brazilian case, to the extinction of political parties. From a perspective, especially of discourses, the analysis will observe the positions of these two great leaders and the whole political game disputed within the forces that supported them. Understand the disputes and internal changes inside the National Fascist Party and the incapacity of Vargas's government to create an single party are the questions discussed here.

KEY-WORDS: Unipartidarismo, party extinction, political parties, Vargas, Mussolini, National Fascist Party, Fascism, March on Rome, Revolution of 1930

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo I - Os antecedentes que condicionam as escolhas políticas.....	15
1.1 Críticas ao liberalismo.....	16
1.2 Críticas à democracia e aos partidos políticos.....	19
1.3 Questões eleitorais e o desempenho partidário.....	23
1.4 Classe média e situação econômica-social.....	27
Capítulo II- Em períodos de incertezas, as vontades dos líderes se sobressaem.....	30
Conclusão.....	46
Bibliografia.....	49

Introdução

O ofício de um historiador na tentativa de compreender o passado e estudar a sociedade atual se faz sob a ótica de vários aspectos. Uma das formas mais antigas na busca pela compreensão dos acontecimentos pretéritos se materializa no entendimento da história política. Constituída desde os primórdios da historiografia, essa corrente historiográfica passou por várias mudanças e ressignificações que dão a ela cada vez mais um caráter inovador e adequado para as novas questões que permeiam os historiadores. Mal vista e duramente criticada pela Escola dos Annales, a história política se reinventou com novas técnicas e novas formas de escrita. Um dos expoentes dessa reformulação foi René Rémond¹ que em uma coletânea de textos unidos a outros historiadores sintetizou os novos desafios dessa nova história política.

Novos desafios que se mostram presentes nesta pesquisa que problematizará a relação das opções políticas do Fascismo de Benito Mussolini com o caso brasileiro no Estado Novo de Getúlio Vargas, de forma a questionar as escolhas pelo unipartidarismo, no caso italiano, e a supressão total dos partidos, no caso brasileiro. A busca pela resposta para tais questões necessita de todo um aporte teórico voltado para este tipo de problemática, sendo por isso, vitais as renovações oferecidas pela nova história política.

Uma dos grandes problemas que se apresenta inicialmente é o conceito de partidos políticos, pois aqui se estuda, tanto no caso italiano quanto no caso brasileiro, estruturas que de certa forma fogem as regras que determinam o conceito partidário. Compreender a complexidade do que foi o Partido Nacional Fascista (PNF) ao longo de sua trajetória, a relação com o líder carismático Mussolini, os limites de difícil delimitação entre este e o Estado, são aspectos únicos e que iniciaram uma nova maneira de encarar a política e o papel dos partidos neste contexto. Herman Finer, cientista político contemporâneo aos acontecimentos na Itália, afirmava que após a Marcha sobre Roma, o PNF deixou de ser um partido no sentido comum da palavra, pois havia ganhando prerrogativas únicas, de tal maneira que nem os próprios fascistas conseguiam definir o que era aquela organização.²

¹ RÉMOND, René (org.). Por uma historia política. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

² GENTILE, Emilio. La vía italiana al totalitarismo: Partido y estado en el régimen fascista. 1ª edição, Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. Pg. 67-71.

Ao analisar os partidos da Primeira República no Brasil, encaramos um problema também de definição, afinal de contas os partidos em sua totalidade possuíam caráter regional, voltados para os interesses de suas elites, ou seja, na Primeira República havia um sistema partidário que ainda não se desenvolveu em nível nacional, não conseguindo ser em sua essência o elo entre as vontades do Estado e a vontade da maioria da população, permanecendo sem partidos nacionais.³

Frente a tais problemáticas, a busca por uma solução se dá inicialmente no reconhecimento das diferenças exorbitantes entre os partidos que aqui são estudados, procurando a melhor tipologia que os enquadre, mas colocar-se-á como ponto comum na análise, a forma como o Estado se apresenta, determinando parcialmente o modelo do sistema partidário.

Ao analisar a trajetória do Partido Nacional Fascista observa-se que seu surgimento é contemporâneo, e em certa medida, uma resposta ao crescimento do sufrágio universal. Com base nisso, compreende-se que a tipologia proposta por Maurice Duverger⁴ seja a que melhor se enquadre no momento do surgimento do PNF. Chamados de partidos de massas, algumas características que os definem são: a origem extraparlamentar, uma organização interna intensa com articulação entre os níveis partidários e um forte doutrinário com subordinação dos parlamentares ao partido⁵. Fica claro que essas características estão presentes no Fascismo e são amplamente reconhecidas, sobretudo nos primeiros anos de vida do partido, passando por mudanças que serão explicadas no capítulo 2 desta pesquisa.

Já o caso brasileiro se diferencia substancialmente da lógica de estruturação do PNF. Sem partidos de cunho nacional, com uma baixíssima população com direito ao voto, se torna difícil definir estes partidos, devido a sua aparente incompletude frente ao que se espera de uma organização como esta. Aqui se trata apenas de não negar o caráter partidário da Primeira República, diferenciando de outras organizações políticas como ligas, grupos independentes, fracções, seguindo os parâmetros apresentados por

³ Sobre a incapacidade partidária em ser o elo entre vontade do Estado e do povo servindo apenas as elites, na chamada República Oligárquica, ver: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. Pg 91-120. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴ DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.

⁵ AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação dos 100 anos de literatura. In: Revista Debates. Porto Alegre, v. 7, n. 2, 2013. Pg 14-15.

Serge Berstein que diferencia partidos de outras organizações levando em conta quatro fatores⁶: a duração no tempo dos partidos, permitindo haver o surgimento de novas gerações não ficando a imagem do partido a apenas uma pessoa, o que é razoavelmente visível na Primeira República, apesar de grandes lideranças serem importantes, pode-se observar certa continuidade quando se fez necessário. O segundo fator é aspiração ao poder, igualmente visível no período estudado, tendo em vista que as elites usavam os partidos justamente como forma de alcançar o poder, o terceiro fator seria a vontade de buscar frequentemente o apoio popular, reconhece-se aqui, apesar de toda a corrupção eleitoral da época, a importância do apoio popular e das eleições, tendo em vista todo o esforço para criar um ar de solenidade e democracia que se queria passar. O quarto e último ponto faz referência à necessidade de haver extensão territorial, este é o ponto de maior discussão, tendo em vista o caráter estadual dos partidos. A forma encontrada para superar essa incapacidade de estender seu espaço de atuação, se deu na chamada “Política dos Estados”, pacto de governança que possibilitou em certa medida as atuações dos governos nos âmbitos municipal, estadual e federal.⁷

Reconhecidas as diferenças entre os tipos de partidos que havia na Primeira República e o caráter singular do PNF far-se-á necessário demonstrar que toda a lógica que norteará a pesquisa se baseará nas relações Estado-partidos, como explica Maria do Carmo Campello de Souza: “Nossa premissa geral é que a maior ou menor coesão de um partido, bem como sua efetividade como instituição política, dependem do grau e da forma de sua participação nas decisões do Estado”⁸, a autora busca ainda salientar: “a estrutura estatal como condicionante da formação, evolução, e atuação dos partidos políticos”⁹. Ou seja, ao estudar estruturas partidárias é vital reconhecer que a maneira como o Estado se apresenta pode influenciar na maneira como os partidos agem e conseqüentemente o seu grau de desenvolvimento somado ao nível de confiabilidade da

⁶BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). Por uma historia política. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Pg. 62-63.

⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. Pg 112-119. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁸ SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). 3ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1990. Pg 39.

⁹ Ibidem, p. 39.

população. Esta perspectiva de análise é fulcral tendo em vista que ela se aplica no caso dos dois sistemas partidários aqui analisados, observando que o descrédito democrático na Itália pré-fascista e na Primeira República tem em parte explicação na incapacidade dos partidos de exercerem suas reais funções, seja devido à fraqueza do Estado, seja por interesses de elites que usavam o Estado, sobretudo para garantir suas benesses, adentrando nas críticas ao liberalismo e ao sistema democrático, perspectiva que será analisada na pesquisa.

Fazer uso deste tipo de análise é por si só uma explicação à pergunta que rege este trabalho, porque está também justamente na relação Estado-partido parte da explicação que levou Mussolini a organizar o partido de maneira tão única frente ao Estado, ou seja, observa-se no regime fascista uma junção nunca vista entre ambos, sendo o ponto máximo de tal relação, como bem explica Hannah Arendt:

O objetivo dos sistemas unipartidários não é apenas apoderar-se da administração do governo, mas sim, através do preenchimento de todos os postos com membros do partido, atingir uma completa amálgama de Estado e partido, de sorte que, após a tomada do poder, o partido se torna uma espécie de organização de propaganda do governo. O sistema é "total" somente no sentido negativo, isto é, o partido governante não tolera outros partidos nem oposição, nem admite liberdade de opinião política. Uma vez no poder, a ditadura partidária deixa intacta a antiga relação de poder entre o Estado e o partido.¹⁰

No caso de Getúlio Vargas o caminho para seu governo no Estado Novo foi trilhado sem partidos, reflexo em parte, do que restou do aparato estatal da Primeira República e da nova organização que propôs.

Apesar das semelhanças e diferenças que aqui se vislumbrará não é de maneira alguma uma tentativa de enquadrar o Período Vargas como Fascismo. Como Noberto Bobbio afirma, o Fascismo:

foi o resultado de um fecundo casamento entre interesses específicos de classe e obscuros ideais, favorecidos pela crise moral, social e econômica que atravessaram um país como a Itália, mais acostumado, por uma longa tradição, à opressão que à liberdade.¹¹

Ou seja, são várias condições específicas de difícil repetição que levaram aos acontecimentos na Itália na década de 20, dando caráter próprio e inovador à época. Mas não se nega a influência da ideologia fascista no Brasil pré e durante o Período

¹⁰ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998. Pg. 537.

¹¹ BOBBIO, Noberto. *Do Fascismo à democracia. Os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. Pg. 80.

Vargas, que baseado nas suas vivências experienciaram algumas das condições determinantes para o surgimento do Fascismo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa serão utilizados, sobretudo, discursos de época, tanto de Mussolini quanto de Getúlio Vargas, por entender a importância dos dois no rumo dos fatos que se seguiram. Sobre Vargas a grande fonte utilizada é a coletânea de discursos, mensagens e manifestos proferidos por Vargas organizados pela Imprensa Nacional em 1935,¹² nesta coletânea constam discursos que vão de 1930 a 1934, período marcado por tensões após a Revolução de 30, momento em que se observam vários discursos com fortes posicionamentos e diagnósticos sobre o Brasil feito pelo então presidente, dentre estes tantos discursos que ajudaram a compreender todo o pensamento de Getúlio, serão citados diretamente cinco discursos e um manifesto a nação que presenciam falas reveladoras de Vargas. Esporadicamente serão utilizadas falas de outros homens formadores da ideologia do Estado Novo, sobretudo Oliveira Viana, por ajudar a compreender com maior clareza as relações e diferenças com o Fascismo.

Sobre as falas de Mussolini, grande parte será retirada do livro “Discursos da Revolução”¹³, que compreendem os discursos antes e depois de assumir o poder, serão citados diretamente quatro discursos que revelam algumas ideias de Mussolini, será utilizado ainda “A doutrina do Fascismo”¹⁴, e citações presentes na historiografia lida e do *Duce*¹⁵. As falas do *Duce* são vitais na medida em que o mesmo personifica as dificuldades e motivações que nortearam a causa fascista desde o surgimento até o declínio do regime. Mussolini representa o homem que teve que lidar justamente com a questão Partido-Estado, e foi um dos homens fortes nas críticas à democracia e todo sistema partidário da época.

Trabalhar com discursos requer o reconhecimento de toda uma cadeia de possibilidades e motivações que levam ao orador pronunciar determinadas palavras, reconhecendo ainda os elementos internos do próprio texto como um fator de explicação

¹² BRASIL. PRESIDENTE (1930-1945: Vargas) Discursos, mensagens e manifestos (1930-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. 687p.

¹³ MUSSOLINI, Benito. Discursos da Revolução. Prefácio de Ítalo Balbo, tradução Francisco Morais. Coimbra: Coimbra Editora, 1933.

¹⁴. MUSSOLINI, Benito. La doctrina del fascismo. [s.l. : s.n]. 1935.

¹⁵ *Duce*, que em tradução livre significa “líder”, foi a forma pela qual Benito Mussolini fora chamado durante seu tempo como representante máximo do governo fascista. O título comparativo na Alemanha dado a Adolf Hitler durante o Nazismo fora Führer.

na análise. Durval Albuquerque Júnior em seu texto “A dimensão retórica da historiografia”¹⁶ reconhece a importância de um discurso e realça duas óticas que devem ser constantemente levadas em consideração por um historiador, sendo elas a análise externa e interna. A análise interna está ligada a condição presente no próprio discurso de existir enquanto um acontecimento em si mesmo, sendo assim merece uma observação de todos os elementos presentes, desde o uso de palavras, termos, perpassando pela ordem gramatical e organizacional conforme as ideias são expostas, como bem explica o autor: “Ele não é apenas reflexo de estruturas que o transcendem, mas possui estruturas imanentes que o sustentam e lhe dão inteligibilidade, lógica, coerência, consistência, singularidade”.¹⁷ Se trata de reconhecer nos discursos aqui analisados, os níveis de fala dos oradores, vocabulário utilizado, emprego de termos da época, visando semelhanças e diferenças que possam apresentar elementos até então camuflados.

Na análise externa, Durval Albuquerque enaltece a importância das condições que permitiram o surgimento de determinada fala no tempo, se trata de analisar o local e o recorde temporal, analisando o contexto em que está inserido o discurso, quem visa atingir, o que estava em jogo, etc. Na presente pesquisa, esse fator da análise estará ligado a historiografia lida, que ajudará a melhor compor todo este cenário tão complexo e relevante.

Somando as análises interna e externa o historiador terá em mãos um resultado mais complexo e multifacetado sobre o corpus documental. Observando sempre o “modo como o autor escreve ou diz a si mesmo, como vai construindo imagens de si e imagens dos outros, do seu espaço, de seu tempo, do tema que está sendo tratado”¹⁸, e que aqui se fará observando a imagem que Mussolini e Vargas passam sobre assuntos como democracia e questões partidárias e as possíveis soluções para os problemas.

Visando observar a situação política antes e durante a ascensão dos regimes fascista e de Vargas, e as opções feitas frente às situações encaradas, este trabalho se dividirá em dois capítulos. No primeiro convém observar o panorama geral dos dois

¹⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. PG. 223-249.

¹⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. Pg. 237.

¹⁸ Ibidem, p. 243.

países, nas questões ligadas às eleições, tradição democrática, jogo político, grupos relevantes no âmbito político, permeando a tudo isso o diagnóstico feito por Vargas e Mussolini em seus discursos, assim como a relação entre o sistema partidário e o Estado, observando diferenças e semelhanças. Desta forma, observar-se-á os pontos de partida de cada regime, para observar o quão significantes as situações antes da ascensão se tornaram condicionantes aos eventos que se seguiram.

No segundo capítulo, o grande objetivo é ensaiar uma resposta à pergunta que rege a pesquisa, na tentativa de compreender os caminhos que levaram ao unipartidarismo italiano, e a supressão partidária total no Estado Novo. De maneira a observar as possibilidades e tentativas executadas por Vargas e Mussolini em prol da melhor relação entre Estado-Partido, será observado as opções possíveis de constituir um partido único no Brasil e o porquê dessas tentativas fracassarem.

Cumprindo com o que se espera, será possível observar de um novo ângulo as relações do Brasil de 1930 com o fenômeno fascista italiano, ampliando os horizontes das investigações, que sobre este tema ainda não são investigadas em demasia. Em especial todo o aparato ligado aos partidos políticos, que devido às dificuldades com as fontes, e a inexistência de pesquisas no campo, acabam não fazendo parte do rol maior de pesquisas sobre este período.

Capítulo I: Os antecedentes que condicionam as escolhas políticas

No dia 24 de Outubro de 1922, quatro dias antes da famosa Marcha sobre Roma, Benito Mussolini fez um discurso sendo aclamado por todos em Nápoles, no qual ficaram claras as certezas e incertezas dos caminhos fascistas:

Recordai-vos de que na Câmara italiana o meu amigo Lupi e eu pusemos os termos do dilema, que não é somente fascista, mas italiano: legalidade ou ilegalidade? Conquistas parlamentares ou insurreição? Que caminho escolherá o Fascismo para se tornar Estado? Porque nós queremos ser o Estado! (...) Certos homens políticos perguntam o que havíamos pedido. Não somos espíritos tortuosos e apaixonados, falamos francamente, fazemos bem a quem faz bem, mal a quem faz mal. “Que desejais, fascistas?” Respondemos com simplicidade: “Dissolução da Câmara, reforma eleitoral, eleições rápidas. Exigimos que o Estado saia da sua neutralidade grotesca, suspenso entre as forças da Nação e as da anti-Nação.”¹⁹

A organização que se iniciou como um movimento, passando para a legalidade partidária, até assumir o poder e eventualmente constituir-se em partido único, trilhou caminhos que não apontavam em uma única direção, mas sim em um rol de possibilidades e influências, tornando a trajetória fascista a escolha de um entre vários projetos.

Do mesmo modo, é desta maneira que se analisa a chamada Era Vargas. Iniciada em 1930, o período até 1937 foi marcado por incertezas e lutas políticas entre grupos que participaram da revolução, constituindo o Estado Novo no final dos anos 30, resultado deste processo. Ainda com o futuro incerto de um regime a ser construído, o único ponto de partida era a oposição a tudo que vinha sendo feito anteriormente, como expõe Getúlio Vargas em discurso realizado para a Associação Brasileira de Imprensa em 1931:

Nós o deslustraríamos se procurássemos reincidir nos erros da velha política, visando organizar, em proveito próprio, clientelas partidárias, para voltarmos ao regime dos conúbios escusos, das trapaças eleitorais, da administração em família. (...) Julgo conveniente, mais uma vez, repetir que a revolução foi, sobretudo, um protesto generalizado contra o abastardamento do regime, contra a mentira oficial, incorrigível propagadora de falsidade e criadora de aparências; contra a requintada hipocrisia política, gerando, fatalmente, a ruína financeira e o descalabro econômico, desastres suficientes para celerar a marcha do país á inevitável bancarrota; a contra, finalmente, os

¹⁹ MUSSOLINI, Benito. Discursos da Revolução. Prefácio de Ítalo Balbo, tradução Francisco Morais. Coimbra: Coimbra Editora, 1933. Pg. 25-26.

grupos de apaniguados que, usurpando o nome de partidos políticos, sobrepujam os seus interesses aos interesses vitais da Pátria.²⁰

Os caminhos e escolhas trilhados por estes dois regimes, são resultados de escolhas entre as possibilidades que lhes foram apresentadas e da realidade na qual os dois líderes tiveram que enfrentar. Com base nisso é fulcral analisar as condições políticas anteriores que permearam o surgimento do Fascismo e da Revolução de 1930, pois em parte, a explicação das escolhas políticas tomadas está no passado.

Desta forma, analisar-se-á alguns pontos específicos no âmbito político dos dois países que poderão mostrar as semelhanças entre ambos, trabalhando em que pontos eles se distinguiram e como pode ter sido determinante para os eventos que se seguiram. Alguns desses pontos são: as críticas ao liberalismo, críticas aos partidos políticos e democracia, desempenho e questões eleitorais e a situação da classe média.

1.1 Críticas ao liberalismo

Após a Primeira Guerra Mundial cresceu em boa parte do globo ferrenhas críticas ao liberalismo e a tudo que se relacionava a este. Na Itália as críticas não eram menores, Mussolini em discurso em Milão (1922) atacava o estado liberal ao tachá-lo como:

Uma máscara detrás da qual não há um rosto. É uma fachada sem edifício. Há forças aparentes, dentro das quais não existe o espírito. Todos os que deveriam ser os sustentáculos deste Estado, sentem que se atingiram os extremos limites da vergonha, da impotência e do ridículo.²¹

Interessante observar a analogia parecida feita por Getúlio Vargas em 1931 em um discurso proferido em Minas Gerais em banquete do governador do estado ao comentar a Revolução de 30:

A evolução armada, isto é — a revolução, quebrando todas as resistências e abatendo as múltiplas ficções constitucionais que entorpeciam a marcha do país á posse de si mesmo, e destruindo, ao mesmo tempo, o respeito humano ao trôpego liberalismo, apenas de fachada, que nos manietava.²²

Constantemente tachado como algo de fachada, o liberalismo nesses dois países passou a ser considerado uma farsa, uma máscara que cobria interesses de grupos que se mantinham no poder e tiravam vantagem para si próprio enquanto pregavam um

²⁰ BRASIL. PRESIDENTE (1930-1945: Vargas) Discursos, mensagens e manifestos (1930-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Pg 87-88.

²¹ MUSSOLINI, Benito. Discursos da Revolução. Prefácio de Ítalo Balbo, tradução Francisco Morais. Coimbra: Coimbra Editora, 1933. Pg 21.

²² BRASIL. PRESIDENTE (1930-1945: Vargas) Discursos, mensagens e manifestos (1930-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Pg. 39-40.

liberalismo. Na Itália esta crítica abriu caminho ao Fascismo, quando iniciaram as críticas a este modelo, poucos eram os grupos que defendiam e reconheciam verdadeiramente os ideais liberais. Donald Sassoon em seu livro “Mussolini e a ascensão do Fascismo” afirmou o mesmo ao dizer que a defesa do liberalismo se resumia em conveniências na crítica aos burocratas, na tentativa de diminuir o intervencionismo do Estado apenas quando fosse conveniente, afirmando ainda que o liberalismo na classe média sempre foi superficial.²³

Vale ressaltar que essas críticas ao modelo liberal na Itália já vinham antes mesmo da Primeira Guerra Mundial. Emílio Gentile explica que já na segunda década do século XX, puxado pelo nacionalismo, as críticas ao liberalismo eram constantes e serviu de ideologia autoritária para o arcabouço ideológico fascista, afirma ainda que a queda do liberalismo foi o resultado da incapacidade de lidar com o surgimento das massas e do Estado em um período de grandes mudanças.²⁴

No Brasil, a Primeira República de caráter liberal já começou a demonstrar sinais de estagnação no início dos anos 20. O liberalismo, contraditoriamente oligárquico, excluía boa parcela da população dos direitos políticos e sociais e a tendência do movimento fascista, e depois nazista, fomentou as críticas ao sistema liberal. Assim como no caso italiano, era difícil a defesa ao modelo liberal vigente, como explica Maria do Carmo Campello de Souza, o pensamento liberal no Brasil sofria em uma encruzilhada na qual pregando por natureza autonomia estadual e representação política através dos homens “notáveis”, sofria com a remota possibilidade de uma transição política para a inclusão das massas, abrindo mão do sistema partidário que representava apenas algumas classes, para grandes partidos fundados em grandes interesses socioeconômicos.²⁵

Com a encruzilhada enfrentada pelos próprios liberais as críticas dos opositoristas antiliberais também eram ferrenhas. A mesma autora ressalta as críticas

²³ SASSOON, Donald. Mussolini e a ascensão do fascismo. Trad. De Clovis Marques. São Paulo: Agir, 2009. Pg. 85 e 109.

²⁴ FELICE, Renzo de; GENTILE, Emilio. A Itália de Mussolini e a origem do fascismo. São Paulo: Editora Ícone, 1988. Pg. 19 e 22.

²⁵ SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). 3ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1990. Pg 65.

que colocavam o liberalismo como algo obsoleto, com as elites se negando a aceitar a modernização institucional com corpos técnicos com representação profissional.²⁶

O liberalismo saiu de cena em ambos os países tachado como algo obsoleto e apresentou como um novo caminho possível um nacionalismo em prol da nação. Mas a forma como este nacionalismo se caracterizou em ambos os países foi diferente. Na Itália, o nacionalismo antes da Primeira Guerra Mundial se caracterizou por negar o sistema liberal na medida em que este se tornou oposição ao conceito de modernidade, que era compreendido como a luta pela potência e a conquista, se tratava de colocar o país em uma perspectiva imperialista e agressiva, onde cada cidadão seria parte importante na busca pelo objetivo.²⁷ Este conceito teórico de nacionalismo foi utilizado pelo Fascismo, e justifica em parte a necessidade de um partido único, tendo em vista que uma das funções principais do PNF era justamente capitalizar e organizar as massas em prol dos objetivos da nação, como será observado no capítulo II.

No caso brasileiro o nacionalismo teve um caráter mais protetor, no sentido de eliminar o liberalismo que havia dado uma constituição que ignorava a real situação brasileira e que fora baseada nos princípios da constituição dos Estados Unidos. Um nacionalismo que colocaria o Brasil e o brasileiro em primeiro lugar, com as práticas de defesa na economia, na defesa do café, com um Estado forte e autoritário, mas que abraçaria a todos com a garantia dos direitos sociais. Caracteriza-se um nacionalismo que busca e necessita de um aporte autoritário, mas que não necessariamente dependa de um partido, mas sim de um aparelho burocrático capaz de levar o Estado a todos os lugares.

Vale ressaltar que as críticas ao liberalismo, antes de ambos os líderes assumirem o poder, se refletia no campo econômico também. O Fascismo, assim como condenava ideias comunistas e socialistas, condenava a burguesia pregando a ideia de que se modelaria as relações entre essas classes com o interesse maior da nação e em prol dela, assim como Vargas criticava o posicionamento do Brasil sempre sujeitado as situações internacionais. Mas isso não significa que após assumirem o poder, ambos tenham de fato abdicado de políticas econômicas liberais. Para a pesquisa, observamos

²⁶SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). 3ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1990. Pg 65.

²⁷ FELICE, Renzo de; GENTILE, Emilio. A Itália de Mussolini e a origem do fascismo. São Paulo: Editora Ícone, 1988. Pg. 18-19.

apenas os aspectos liberais ligados mais ao campo da política. Como os líderes lidaram com a economia e até que ponto foram fieis no que pregaram enquanto oposição é tema de outras pesquisas que investigaram o assunto. Aqui se trata de caracterizar as críticas ao mundo liberal, como se desenvolveu na prática a oposição a estes ideais não será investigado.

1.2 Críticas à democracia e aos partidos políticos

As críticas ao liberalismo em ambos os países estavam intimamente ligadas a críticas a alguns pilares liberais como a democracia e conseqüentemente partidos políticos. Nos dois países, a ascensão do Fascismo em 1922 e da Era Vargas em 1930 é em parte, resultado da incapacidade dos regimes anteriores de lidarem com todas as forças políticas existentes e governarem em um pacto no mínimo funcional para todos. Vários são os discursos, tanto de Getúlio Vargas como de Benito Mussolini, em que críticas ferozes eram feitas ao sistema democrático, partidos e parlamento. O *Duce* em Milão (1922) pregou seu desprezo pela democracia, como um mal que o Fascismo seria o responsável por eliminar:

A democracia julgava tornar-se querida das massas populares e não compreendeu que essas massas populares desprezam todos os que não têm coragem de ser o que devem ser. A democracia roubou o “estilo” à vida popular. O Fascismo restitui-lhe esse estilo (...).²⁸

Quanto aos partidos, também não poupava críticas:

Tendências não as conhece o Fascismo. As tendências são o triste privilégio dos velhos partidos, que são associações comicieiras difundidas por todos os países, e que não tendo nada a fazer nem a dizer, acabam por imitar aqueles sórdidos sacerdotes do Oriente que discutiam todas as questões do mundo, enquanto Bizâncio soçobrava.²⁹

Interessante observar na forma como a fala de Mussolini se aplicava ao sentimento dos opositores à Primeira República e ao Parlamento. Vargas em discursos via o parlamento como algo que ignorava os problemas sociais do país, com caráter burocrático e nada prático, longe da realidade popular e seus anseios, assim como Mussolini ao citar os sacerdotes em Bizâncio.³⁰

²⁸ MUSSOLINI, Benito. Discursos da Revolução. Prefácio de Ítalo Balbo, tradução Francisco Morais. Coimbra: Coimbra Editora, 1933. Pg 22-23.

²⁹ MUSSOLINI, Benito. Discursos da Revolução. Prefácio de Ítalo Balbo, tradução Francisco Morais. Coimbra: Coimbra Editora, 1933. Pg 09.

³⁰ BRASIL. PRESIDENTE (1930-1945: Vargas) Discursos, mensagens e manifestos (1930-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Pg. 56-58.

Inspirado nas críticas internacionais e analisadas sob a ótica brasileira, as críticas aos partidos em Vargas envolviam o pouco caráter representacional, toda a politicagem, e interesses pessoais acima da nação, ruindo o primeiro regime republicano:

“(...) a política perdeu toda significação ideológica e, em pouco, se tornou simples atividade eleitoral, sujeita a fases cíclicas, e circunscrita, exclusiva e incondicionalmente, à conquista e manutenção do poder. Na mentalidade partidária, desaparecera o espírito público substituído pelas propensões egoístas. (...) Os partidos políticos, como interpretes do pensamento nacional, haviam desaparecido. Os processos de representação abastardavam-se.”³¹

Essa ideia da supressão do espírito público, sobrando apenas interesses egoístas de uma elite agrária, justifica o interesse em um corpo técnico que supostamente seria imparcial e extremamente profissional:

A época é das assembleias especializadas, dos conselhos técnicos integrados a administração. O Estado, puramente político, no sentido antigo do termo, podemos considerá-lo, atualmente, entidade amorfa, que, aos poucos, vai perdendo o valor e a significação.³²

Como explicar críticas tão contundentes dos líderes em ambos os países? As ideias de Maria do Carmo Campello de Souza, na qual a forma como o Estado se apresenta molda a forma como a política se faz, ajudam a compreender melhor o que havia por trás das citadas críticas.³³

Ao observar a maneira como o Estado brasileiro se apresenta, ressalta-se um forte regionalismo e extrema autonomia estadual garantido pela Constituição de 1891 que fora inspirada no modelo norte-americano. A grande novidade trazida por esta constituição está no federalismo, que viria para reforçar a tendência de um individualismo político que já era presente no período imperial.³⁴ Maria Efigênia Lage de Resende afirma que:

a centralidade conferida aos direitos individuais, deixando de lado a preocupação com o bem público, ou seja, a virtude política ou cívica que está no cerne da ideia republicana, funciona como barreira no processo de construção da cidadania brasileira.³⁵

³¹ BRASIL. PRESIDENTE (1930-1945: Vargas) Discursos, mensagens e manifestos (1930-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Pg. 228-230.

³² Ibidem, p. 65-66.

³³ SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). 3ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1990. Pg 39.

³⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. Pg 93. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

³⁵ Ibidem, p. 92.

Está justamente na despreocupação com o bem público e na valorização de interesses individuais, que foram materializadas no âmbito municipal com o poder privado coronelístico e no estadual com as oligarquias que estruturaram seu poder com máquinas partidárias, as críticas de Vargas e de parte de seus apoiadores. Em discursos, Vargas deixava claro o problema do individualismo, em uma fala feita para trabalhadores em 1932 afirmou: “O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social.”³⁶ E sobre o regionalismo, caracterizava seus defensores (opositores que antes de 30 se materializavam nos partidos) como:

(...) falsos pregoeiros da democracia e os reacionários de todos os tempos, ainda impenitentes dos seus erros e arautos de um regionalismo anárquico e dispersivo, contrario aos mais altos interesses da nacionalidade.³⁷

O jogo partidário se constituiu na Primeira República frente às condições do Estado. O modelo sem partidos nacionais, dificultado pelo individualismo, favoreceu partidos estaduais (geralmente um por estado) nos quais rivalidades e defesas de interesses estaduais foram a tônica. Dessa forma, práticas clientelísticas foram utilizadas e permeou cada nível do poder (municipal, estadual e federal) com cargos públicos, votos, apoio político, dentre outras formas que deixam claro o individualismo. O nacionalismo do Estado Novo se constitui com o objetivo de usar o poder do Estado como fator aglutinador, supostamente em prol da nação. É um nacionalismo inspirado em tendências fascistas, como vários autores concordam, mas que se diferencia nos objetivos que busca alcançar.

A Itália pré-fascista é marcada igualmente por diferenças regionais e com práticas clientelísticas, mas o grande diferencial está em separar o pré-Fascismo em dois momentos: antes e depois da Primeira Guerra Mundial, para melhor compreender a falência do parlamento e das instituições democráticas. Donald Sassoon explica o mal causado na política pelas práticas clientelísticas antes da Grande Guerra:

Desenvolveu-se então um sistema de “clientelismo”, no qual os políticos prometiam empregos aos eleitores e seguidores, proteção e um constante influxo de dinheiro público. Esse tipo de proteção pessoal dificultou o desenvolvimento de partidos políticos modernos e

³⁶ BRASIL. PRESIDENTE (1930-1945: Vargas) Discursos, mensagens e manifestos (1930-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Pg. 304.

³⁷ Ibidem, p. 221.

centralizados. (...) Razão da designação pejorativa *trasformismo* ser aplicada ao sistema.³⁸

Cabe explicar o que seria este *trasformismo*. Inicialmente a palavra foi usada para explicar o acordo político entre a esquerda e a direita italiana firmado em 1882, mas depois passou a significar a capacidade de políticos comprarem com suborno seus adversários, se transformando em aliados do dia para a noite.³⁹

Sem partidos realmente fortes e bem estruturados antes da guerra, a política no parlamento se dava através de grandes negociatas envolvendo contínuas corrupções e como na citação exposta acima, a relação clientelística entre eleitor e político era direta, sem nem ao menos passar pelo crivo do partido. Sassoon aponta ainda a relevância maior dada ao âmbito local do que nacional, chega a reconhecer o grande problema italiano ligado à falta de verdadeira representação partidária, o autor chega a afirmar que na Itália no pré-guerra não havia verdadeiros partidos políticos.⁴⁰

Esse é o quadro resumo da política italiana antes da Primeira Guerra Mundial. O Fascismo aproveitou ideias radicais que já surgiam nesta época, mas se firmou em parte graças aos acontecimentos únicos causados pela participação italiana na Primeira Guerra Mundial.

A guerra dividiu o parlamento e os partidos entre neutralistas e intervencionistas.⁴¹ Foi determinante para desenvolver o sentimento nacional na Itália que até então era extremamente superficial com disparidades regionais entre norte e sul gritantes. Baseados em uma experiência de violência e brutalidade vivida na guerra, desenvolveu-se uma solidariedade unindo um simples camponês do sul a um estudante ou operário do norte, frente ao altíssimo número de mortos e feridos na guerra.⁴²

O resultado desses fatores foram as críticas ainda mais contundentes ao parlamento, que representando os mais ricos apenas lucraram com a guerra ficando em segurança, enquanto os soldados davam suas vidas e passaram pelos horrores da guerra. Essas mudanças permitiram ainda o surgimento de movimentos paramilitares de direita

³⁸ SASSOON, Donald. Mussolini e a ascensão do fascismo. Trad. De Clovis Marques. São Paulo: Agir, 2009. Pg. 71-72.

³⁹ Ibidem, p. 71.

⁴⁰ Ibidem, p. 75.

⁴¹ Ibidem, g. 39.

⁴² Ibidem, p. 46.

orquestrados por esses militares que voltaram da guerra, organizações estas onde o Fascismo buscou seus membros para sua milícia.⁴³

O cenário político italiano após a guerra mudou radicalmente. Em 1919 ocorreram as primeiras eleições após o conflito, trazendo em si novidades eleitorais que polarizaram o parlamento entre o PPI (Partido Popular Italiano) partido de base católica e o PSI (Partido Socialista Italiano), os liberais que se mantinham no poder desde o século anterior sofreu dura derrota. O parlamento parou devido às diferenças entre o PPI e o PSI impedindo um governo de coalisão. Já os fascistas conquistaram poucos votos.⁴⁴

O parlamento se manteve dividido e sem crédito até a Marcha sobre Roma. Sassoön compreendeu bem as falas de Mussolini em 1922 quando apontava a rivalidade entre direita e esquerda, anunciando o fim da democracia por não se adequar as novas necessidades, sendo assim Mussolini afirmava que “acabara a orgia da indisciplina”, pois a terceira via havia surgido colocando fim nas motivações que apenas travavam a política italiana.⁴⁵

1.3 Questões eleitorais e o desempenho partidário

A estrutura do estado, além de possibilitar a forma com a qual as relações políticas se darão de maneira indireta, podem ainda influenciar de maneira direta. Isso se dá na forma pela qual um Estado organiza e pratica uma parte vital do sistema democrático: as questões eleitorais. As eleições, as mudanças no sistema eleitoral e o real valor do voto, são questões importantes na lógica desta pesquisa, pois ajudam a explicar também o antiliberalismo e os ares antidemocráticos nos dois países.

Mussolini sobre o parlamento e a vontade popular do voto afirmava em Nápoles:

O Parlamento, senhores, e todo o arsenal democrático nada têm que ver com a instituição monárquica. Junte-se ainda que não queremos privar o povo do seu brinquedo (o Parlamento). Dizemos “brinquedo” porque grande parte do povo tem-no nessa conta. Sabereis dizer-me, por exemplo, a razão por que entre onze milhões de eleitores há seis que não se importam de votar? Mas poderia acontecer que se amanhã partissem esse brinquedo, dessem mostras de desgosto. Mas nós não o partiremos. Na essência, o que nos separa da democracia é a nossa mentalidade, é o nosso método. A democracia crê que os princípios são imutáveis, aplicáveis em todos os tempos, em todos os lugares, e

⁴³ SASSOON, Donald. Mussolini e a ascensão do fascismo. Trad. De Clovis Marques. São Paulo: Agir, 2009. Pg 49.

⁴⁴ Ibidem, p. 88.

⁴⁵ Ibidem, p. 114.

todas as circunstâncias. Não cremos que a história se repita, não cremos que a história seja um itinerário obrigado, não cremos que a uma democracia deva fatalmente seguir-se uma superdemocracia! Se a democracia foi útil e eficaz para a Nação durante o século XIX, pode bem suceder que no século XX exista outra forma política capaz de realizar uma união mais íntima da sociedade nacional. Nem mesmo, ainda o espantinho da nossa antidemocracia pode ajudar a determinar esta solução de continuidade de que vos falava há pouco.⁴⁶

No Brasil, as críticas dos antidemocráticos também se voltaram à máquina eleitoral. Desde a Proclamação da República o sistema eleitoral era por natureza corrupto, e com o voto no cabresto além de corrupto era autoritário. Várias eram as acusações feitas por Vargas e seus apoiadores sobre as eleições. Na campanha de 1930 em que o resultado apontou a derrota de Vargas, as acusações se repetiram assim como em boa parte da Primeira República, mas dessa vez acabou culminando na revolução. Em 1932 Vargas afirmava: “As eleições transformaram-se, aos poucos, em verdadeira burla: os eleitores votavam sem liberdade de escolha, ou a ata falsa substituíam, sumariamente, a vontade do eleitorado.”⁴⁷

Substituindo o sistema imperial no qual o voto era direito apenas aos que comprovassem uma renda razoável, o Brasil colocou em prática o voto aberto e não obrigatório aos homens maiores de 21 anos com exceção dos analfabetos, mulheres, mendigos, militares sem patente de oficiais e religiosos sob votos de obediência. Deixando as mulheres e os analfabetos de fora, esmagadora maioria da população ficava de fora das eleições, com apenas 2% da população aptas ao voto nos anos iniciais da república, inegavelmente dificultando o reconhecimento da população com o voto enquanto espaço de participação da vida política pública do país.⁴⁸ Como já foi dito, com o forte federalismo imposto pelo Estado, os partidos mais fortes se formaram em um âmbito apenas estadual, geralmente com um partido único por estado, chefiados por longo tempo por apenas uma grande liderança. Essa forma de organização eleitoral se manteve basicamente até 30.⁴⁹

⁴⁶ MUSSOLINI, Benito. Discursos da Revolução. Prefácio de Ítalo Balbo, tradução Francisco Morais. Coimbra: Coimbra Editora, 1933. Pg 28-29.

⁴⁷ BRASIL. PRESIDENTE (1930-1945: Vargas) Discursos, mensagens e manifestos (1930-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Pg.230.

⁴⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro (org). A república no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira – FGV, 2002. Pg. 67-69.

⁴⁹ Ibidem, p. 70-71.

Na Itália, o sufrágio se deu aos poucos, mas se tornou uma condicionante importante para os rumos do Fascismo. Desde o *Risorgimento* o voto contemplava pequena parcela da população, pois era vinculado ao grau de instrução ou pagamento de impostos. Em 1882 votavam apenas 6,9% da população⁵⁰, favorecendo assim as práticas clientelísticas já explicadas e a não formação de partidos verdadeiramente organizados e complexos. Em 1913 sérias mudanças ocorreram, passando a serem aptos para votar homens acima de 30 anos independente do grau de instrução e entre 21 e 30 alfabetizados, cláusula de alfabetização que foi totalmente abolida após a Primeira Guerra Mundial.⁵¹ A nova legislação inovou ainda ao introduzir a representação proporcional que modificou a conjectura política italiana.⁵² Mas é importante ressaltar que mesmo com o aumento significativo de votantes, a abstenção eleitoral sempre foi a tônica na Itália que precedeu o Fascismo. Em 1919, apenas 56,6% dos eleitores votaram, característica que não passou despercebida por Mussolini e fortaleceu seus argumentos contra o parlamento, como se percebe no discurso citado na página anterior.⁵³

É vital apresentar essas permanências e mudanças nas legislações eleitorais brasileira e italiana, porque elas foram importantes no curso do surgimento de condições que permeiam as escolhas de Mussolini e Vargas. Com as inovações produzidas no âmbito eleitoral, passou a existir na Itália partidos políticos de amplitude verdadeiramente nacional (PPI e PSI, dentre outros), introduz com a ampliação do sufrágio na população, as relações com partidos (Mussolini a partir de 1919 entra no jogo político partidário, além das ofensivas violentas ilegais). Esses cenários condicionantes que permearam o surgimento do Fascismo e de seu partido foram determinantes para que esta organização surgisse e tomasse forma, tornando a possibilidade de uma ditadura com partido único possível e realizável. O que aqui se pode afirmar é que as condições na qual Mussolini assume o poder eram mais favoráveis para a constituição de um partido nacional único, diferentemente das condições em que Vargas assume, onde boa parte das massas não havia firmado ao

⁵⁰ SASSOON, Donald. *Mussolini e a ascensão do fascismo*. Trad. De Clovis Marques. São Paulo: Agir, 2009. Pg. 80.

⁵¹ *Ibidem*, p. 67.

⁵² *Ibidem*, p. 68.

⁵³ *Ibidem*, p. 80.

menos um laço com o sistema partidária, passível de mantê-la após iniciar a ditadura, ou ao menos as condições favoráveis para surgir um partido de cunho nacional.

Mesmo negando a importância do parlamento e dos próprios partidos, o Partido Nacional Fascista buscou uma legitimidade parlamentar e eleitoral, tanto é que para Donald Sassoon, Mussolini chega ao poder de maneira legal, com o governo autoritário constituído apenas anos depois. A Marcha sobre Roma, para o autor, não foi uma demonstração de força e oposição ao governo e ao exército, o autor demonstra que havia acordos com o exército para que não se atirasse em ninguém, até porque o exército estava infinitamente mais preparado se algo acontecesse. Para o autor, Mussolini construiu a memória sobre a marcha como uma demonstração de força, mas na verdade foi algo permitido, o que demonstra essa maneira legal de chegar ao poder para só depois ir construindo o aparelho ditatorial.⁵⁴ Já Vargas chegou ao poder após contar com o apoio de militares e uma parcela das elites, grupos que se uniram frente à oportunidade da época, não houve uma organização antes de 1930 que ao menos tentasse unificar os ensejos dos grupos apoiadores de Vargas, o golpe foi resultado das condições do momento, além é claro dos sinais de estagnação da Primeira República.

Em relação ao desempenho eleitoral, os fascistas em 1919, ano de fundação do movimento, conquistaram poucos milhares de votos, Mussolini nem ao menos tinha um partido político. Já em 1921 os fascistas melhoram bastante ao garantirem dois assentos no parlamento pelo Partido Nacional Fascista e mais 35 assentos com fascistas que preferiram concorrer pelo Bloco Nacional, uma frente amorfa que contava com vários grupos diversos.⁵⁵ Quanto a Aliança Liberal, grupo formado pela brecha que surgiu após o rompimento do pacto entre Minas Gerais e São Paulo, que lançou a candidatura de Vargas, teve um desempenho eleitoral muito bom, o que alimentou as críticas sobre a validade do resultado que apontou vitória de Júlio Prestes. Constituída dentro da própria lógica política da época, apenas reunindo interesses não ligados ao café, mas mantendo os interesses regionais dos envolvidos, Vargas conquistou 42,3% dos votos, em uma eleição marcada por fraudes. Borges de Medeiros anunciou a aceitação do resultado e conseqüentemente da derrota, mas uma parte dos grupos opositores continuou na

⁵⁴ SASSOON, Donald. Mussolini e a ascensão do fascismo. Trad. De Clovis Marques. São Paulo: Agir, 2009. Pg 07-14.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 111-112.

negociação visando um golpe que se consumou em outubro de 1930, iniciando a Era Vargas.⁵⁶

1.4 Classe média e situação econômica-social

O Fascismo notoriamente exerceu grande influência e se tornou canal de representação da classe média italiana, o movimento e o PNF buscaram nessas camadas da população seu apoio e sua base. No Brasil, o papel da classe média na Revolução de 30 e na Era Vargas é assunto amplamente discutido. Maria do Carmo Campello de Souza em artigo afirma:

Vem sendo também exagerado o papel da classe média urbana brasileira no processo político do período (...). Numericamente inexpressiva, socialmente dependente das classes dominantes (sendo em boa parte composta de ramos empobrecidos das famílias oligárquicas) identificadas às atitudes e valores tradicionais, a classe média não parece ter conseguido ultrapassar o plano das definições eleitorais ou de reivindicações liberais que são ao mesmo tempo ponto de referência ideológicos da elite dominante.⁵⁷

Boris Fausto concorda com a autora e cita Francisco Weffort em seu texto, que afirmava:

As classes médias tradicionais brasileiras, como parece ocorrer na maioria dos países latino-americanos não possuíam condições sociais e econômicas que lhes permitissem uma ação política autônoma em face de interesses vinculados à grande propriedade agrária (...). Nunca conseguiram, por um lado, formular uma ideologia adequada à situação brasileira, isto é, uma visão ou um programa para o conjunto da sociedade brasileira; adotaram o princípio da democracia liberal que, nas linhas gerais, constituem os horizontes ideológicos dos setores agrários.⁵⁸

Como se percebe na época da revolução a classe média não era um grupo coeso e firme em um plano ou ideologia. Camadas médias apoiaram Vargas e outras não, levando em consideração seus interesses individuais e não uma decisão referendada enquanto classe. A classe média encontrava-se ainda muito ligada as oligarquias e o pouco que crescia era graças aos estímulos advindos dos grupos agrários. Mesmo que a Revolução tenha ajudado a inserir esses grupos na lógica política, estes não se identificaram e se fincaram veementemente a Vargas.

⁵⁶ ABREU, Alzira Alves de. Aliança Liberal. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário da elite republicana de 1889 a 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.

⁵⁷ SOUZA, Maria do Carmo Campello. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. 20ª edição. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1995. Pg. 221.

⁵⁸ FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. 20ª edição. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1995. Pg. 239-240.

Na Itália o cenário era, apesar das semelhanças possíveis de observar, diferentes. O que se observa inicialmente era uma classe igualmente incapaz de ganhar autonomia e representatividade significativa. Segundo Sassoon:

Os interesses industriais ainda não eram suficientemente fortes para legislar contra os interesses fundiários — como acontecia com frequência na Grã-Bretanha; nem as duas classes, ou as classes médias, chegaram a se organizar em partidos políticos fortes.⁵⁹

Mas mesmo não sendo devidamente representadas no âmbito político, as duas últimas décadas antes da Primeira Guerra Mundial foram cruciais para as bases sociais fascistas. O país havia passado por uma industrialização que mesmo seguindo caminhos descontínuos tendeu a um crescimento econômico permitindo adentrar no rol de grandes potências (em menor escala). A taxa de mortalidade no país havia caído, assim como o índice de analfabetismo.⁶⁰ Quanto à composição social Emilio Gentile cita os dados de Sylos Labini que averiguam que entre 1901 e 1921 a burguesia representava e assim ficou com 1,7%, os operários caíram de 47,1% para 45% e as classes médias subiram de 51,2% para 53,3%, sendo que 55,7% da população total estavam no campo em 1921, com a região norte e centro mais urbanizada e ao sul uma maior concentração dos valores do campo.⁶¹ Após a guerra ficou claro o aumento da classe média agrária, que surgiu após uma espécie de reforma agrária feita como tentativa de evitar uma revolução vermelha, esses grupos estiveram na base do movimento fascista se unindo as classes médias urbanas como meio de garantir o poder agora na esfera política.

Já a pequena burguesia viu no Fascismo uma chance de se fazer ouvida, descendo as ruas no sentido de se organizar e agir politicamente fora do âmbito apenas parlamentar, mas enquanto classe, reivindicando seus objetivos:

Para Gramsci, isto representava uma mudança de direção para a pequena burguesia italiana. Ela estivera outrora “escravizada ao poder parlamentar”; pois agora tornava-se antiparlamentar, “imitando a classe trabalhadora e descendo às ruas.”⁶²

Observa-se assim que novamente as condições para constituir um partido único na Itália eram mais favoráveis. Mussolini ganhou o pleno apoio das classes médias urbanas e agrárias, assim como a pequena burguesia, conquistando após tomar o poder a

⁵⁹ SASSOON, Donald. Mussolini e a ascensão do fascismo. Trad. De Clovis Marques. São Paulo: Agir, 2009. Pg. 75.

⁶⁰ FELICE, Renzo de; GENTILE, Emilio. A Itália de Mussolini e a origem do fascismo. São Paulo: Editora Ícone, 1988. Pg.12-13.

⁶¹ Ibidem, p. 13.

⁶² SASSOON, Donald. Mussolini e a ascensão do fascismo. Trad. De Clovis Marques. São Paulo: Agir, 2009. Pg 104.

alta burguesia. Vargas não tinha esse apoio veemente da classe média, que como se viu ainda não era um grupo extremamente significativo, teve que negociar com várias frentes, às vezes com ideais opostos, para constituir seu governo.

Ao fechar este quadro com algumas características antes do início da ascensão do Fascismo e de Getúlio, não se quer dar um ar casuístico na maneira como Mussolini e Vargas lidaram e desenvolveram seus governos. Trata-se apenas de analisar alguns aspectos para reconhecer que as condições apresentadas são fatores de elucidação nas medidas tomadas por ambos quanto à manutenção ou não de partidos políticos. Situações diferentes geraram condições e motivações não necessariamente iguais. Mesmo com os ideais do governo Vargas inspirados no Fascismo isso por si só não poderia garantir um regime fascista no Brasil nos moldes do italiano.

Capítulo II- Em períodos de incertezas, as vontades dos líderes se sobressaem

Após a Marcha sobre Roma em 1922 e a Revolução de 30, Mussolini e Vargas saíram da condição de oposição e iniciaram seus governos. Em ambos os casos, a tomada efetiva do poder envolveu mudanças significativas na forma como os fatos se desenrolaram, pois novos grupos passaram a apoiar os novos governos, ampliando as possibilidades e influências nos novos regimes.

Como será aqui observado, após a tomada do poder diferentes grupos lutaram para que sua forma de governo fosse colocada em prática, tanto no Fascismo como na Era Vargas. Ângela de Castro Gomes acertadamente diagnosticou e refutou a visão imposta sobre a qual o Estado Novo em 1937 seria a sequência natural e lógica dos acontecimentos de 1930. A autora entende que:

Essa periodização, ao esquecer as marchas e contramarchas do período, apaga da história a marca da incerteza política que o domina, minimizando parte do sentido de fatos cruciais, como a Revolução Constitucional de 32 (..) A tônica fundamental dos anos que decorrem de 1930 a 1945 torna-se a da disputa política, sobretudo a disputa intraelites. Isso se manifesta de forma mais explícita e violenta, ou mais sutil e negociada, mas ambas contendo doses de incertezas nada desprezíveis.⁶³

Da mesma forma se constituiu o Fascismo. Desde o início em 1919 em que não se sabia definir bem o que era o Fascismo, este só foi se desenhando ao longo do governo já iniciado e recheado de disputas e incertezas, assim como aqui será visto. E foi no meio dessas incertezas que o mesmo se definiu, não antes da Marcha sobre Roma, mas sim nos anos posteriores entre 1925 e 1930.⁶⁴

Será com base no pressuposto construído por Ângela de Castro Gomes e nos antecedentes já traçados no capítulo I que se analisará a não escolha pela elaboração de um partido único no Brasil de Vargas, partirá da ideia em que a elaboração de um partido único era um dos caminhos possíveis em um período de incertezas e lutas políticas por poder, mas que não foi o escolhido em prol de outros projetos de nação. E será igualmente sob esta perspectiva de análise que serão apresentadas as metamorfoses

⁶³ GOMES, Ângela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. Pg. 39-40. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.) A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁶⁴ SASSOON, Donald. Mussolini e a ascensão do fascismo. Trad. De Clovis Marques. São Paulo: Agir, 2009. Pg 20-21.

e brigas internas no Partido Nacional Fascista após 1922, como forma de entender o real poder e necessidade de um partido único, ajudando na compreensão pela não escolha de Vargas e como forma de entender o cerne da questão envolvendo as relações entre partido e Estado.

Após a Revolução de 1930 e até 1934 teve-se o que ficou conhecido como Governo Provisório, no qual Getúlio Vargas governou, sobretudo, por meio de decretos materializando algumas das reivindicações que o levaram ao poder, como por exemplo, o combate à regionalização de interesses, criando o sistema com interventores em cada estado do país escolhido pelo próprio presidente. Entre 1933 e 1934 o país viveu com os debates em uma Assembleia Constituinte a materialização de todas as disputas políticas da época, vencendo um modelo constitucional ainda de caráter mais liberal e ligado as elites oligárquicas, que logo foi suplantado por Vargas em 1937 dando início ao Estado Novo. Nesse período de tempo entre 1930 e 1937 houve intensa disputa e reajustamento dos grupos opositores e a favor de Vargas.

A frente ampla e heterogênea presente na Aliança Liberal que venceu com a revolução continha inicialmente: os opositores do regime de maneira geral, tenentes que eram um grupo de jovens oficiais do exército e as chamadas oligarquias dissidentes que não apoiaram o nome indicado por Washington Luís na sucessão presidencial.⁶⁵ Foi parcialmente no seio destes grupos que as brigas e disputas se constituíram, com Vargas dialogando e negociando com ambos os lados até a formação do Estado Novo.

Com um grupo tão heterogêneo ficou difícil definir o andar das ações que deveriam ser tomadas. Os tenentes defendiam a extensão do governo provisório por acreditar que a força do poder oligárquico ainda era significativa e a volta a normalidade democrática e constitucional significaria o fracasso da revolução, enquanto parte das oligarquias que apoiaram Vargas queriam a volta das normas democráticas.⁶⁶ Mas o maior problema envolvia a forma como deveria se constituir o novo Estado brasileiro, os oligarcas, em especial aqueles vinculados aos estados mais fortes, queriam manter o liberalismo e o federalismo, ao contrário das correntes dos tenentes que buscavam um governo forte, centralizado e nacionalista, grupo este que contava com a ajuda das

⁶⁵ PANDOLFI, Dulce. "Os anos 30: as incertezas do regime". Pg. 16. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 17.

oligarquias de estados mais fracos politicamente, como os das regiões norte e nordeste do país.⁶⁷

Ângela de Castro Gomes também reconhece esse período como um marco na rivalidade dualística entre tenentes e oligarcas no qual o enfrentamento:

Engloba desde simples disputas por cargos da administração civil e militar a nível nacional e regional, até um confronto aberto e radical que toma a forma da Revolução Constitucionalista de 1932 (...) o tenentismo realiza uma verdadeira ofensiva política. Articulando em torno do Clube 3 de Outubro, procurando criar suas próprias bases organizacionais de mobilização social e definindo melhor seu programa político de ação.⁶⁸

É justamente nesse grupo de apoio ligado aos militares que se consegue observar as poucas chances em que a ideia de um partido único brotou no mar de incertezas do período. Foram nos grupos mais radicais onde essa ideia cresceu, chegando aos ouvidos de Vargas que lidou conforme as ocasiões da época.

Mussolini após tomar o poder também teve que lidar com o choque interno de grupos com visões diferentes. O Partido Nacional Fascista tinha uma composição extremamente diversificada, com interesses variados e que eclodiram após a Marcha sobre Roma, como deixa claro Emilio Gentile:

No período entre novembro de 1922 e dezembro de 1924 o Fascismo vive uma profunda crise interna que coloca em perigo a própria existência do partido. Apesar da organização aparentemente unitária e monolítica, o PNF era um agregado de forças locais, de interesses múltiplos, de posicionamentos contrastantes, que se refletiam nas várias correntes ideológicas (normalizadores, revisionistas, intransigentes e dissidentes) (...) A frágil unidade organizativa do partido, em termos nacionais, decompõe-se em facções, grupos dissidentes, feudos pessoais de poder local.⁶⁹

É com esse quadro que Mussolini teve que lidar, e teve que impor sua vontade sobre os rumos do partido e do governo. O *Duce* deixou claro sua maneira de pensar para Massimo Rocca, um dos primeiros partidários de Mussolini, ao afirmar que “O

⁶⁷ PANDOLFI, Dulce. “Os anos 30: as incertezas do regime”. Pg. 17-18. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁶⁸ GOMES, Ângela de Castro. “Introdução”. Pg. 27. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

⁶⁹ FELICE, Renzo de; GENTILE, Emilio. A Itália de Mussolini e a origem do fascismo. São Paulo: Editora Ícone, 1988. Pg 33.

país pode tolerar no máximo um Mussolini, e não várias dezenas”.⁷⁰ Com frases como esta ficava claro que a ala mais radical do Fascismo deveria entrar nos eixos propostos por Mussolini que queria conter a radicalidade presente no partido. Vale ressaltar que este seria o segundo momento de conflito entre Mussolini e os fascistas mais radicais, pois quando o *Duce* decidiu transformar o movimento em um partido sofreu represálias devido ao rompimento com toda a negação política que afirmava.⁷¹ Os *fasci di combattimento*, por exemplo, duvidaram e questionaram Mussolini ao receberem a notícia do possível envolvimento na política e da aproximação com um liberal como Giolitti. A saída foi se retirar do *fasci di combattimento*, criar o PNF e construir uma imagem que o distinguísse do movimento.⁷²

Como já foi citado anteriormente, o Fascismo de fato foi algo não definido previamente e moldado segundo as circunstâncias, isto se observa em falas do *Duce* como esta:

A Itália de 1921 é fundamentalmente diversa daquela de 1919. O que é demonstrado mil vezes. Não necessitava que o fascismo tivesse o ar de vontade de monopolizar exclusivamente pelo direito desta profunda revolta nacional: basta contar o fascismo entre as forças mais potentes e disciplinadas que tem operado naquela direção. Assim delimitaremos o nosso mérito, nenhum homem de nenhum partido pode condena-lo.⁷³

Mesmo se tratando de um momento anterior a tomada de poder, a premissa em reconhecer as mudanças na Itália e a readequação do Fascismo frente aos contratempos, permaneceu ao longo do tempo. Mas a maneira como o partido foi formado e a negação as correntes mais extremistas foram uma constante nas ações de Mussolini.

Após a Marcha sobre Roma o futuro do PNF estava aberto, não se sabia exatamente qual seria o destino do partido que fora tão vital na tomada do poder. Podem-se distinguir dois projetos para o PNF, o plano “Farinacci” e o plano “Federzoni”.⁷⁴ Roberto Farinacci exerceu o posto máximo no PNF, abaixo apenas do *Duce*, entre 1925 e início de 1926, período em que o partido vivenciou o ápice de sua

⁷⁰ SASSOON, Donald. Mussolini e a ascensão do fascismo. Trad. De Clovis Marques. São Paulo: Agir, 2009. Pg 23.

⁷¹ CARON, Giuseppe Rafael. Discursos de Benito Mussolini: permanências e mudanças (1919-1922). 2015. 126 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Pg. 89-90.

⁷² *Ibidem*, p. 92.

⁷³ *Ibidem*, p. 93.

⁷⁴ GENTILE, Emilio. La vía italiana al totalitarismo: Partido y estado en el régimen fascista. 1ª edição, Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. Pg. 46.

ambição. O segundo no comando reconstruiu a organização do partido, e reordenou a função do movimento revolucionário incentivando a fascistização de toda a população.⁷⁵ O plano Farinacci envolvia a tentativa de impor a primazia do partido sobre o Estado, o PNF deveria dominar o Estado e recriá-lo sempre sob a ótica do partido. Já o plano Federzoni se ligava a figura de Luigi Federzoni, ministro de Mussolini entre 1923 e 1928 e membro do grande conselho do partido. Segundo este plano, o partido já havia alcançado seu êxito e seu motivo de existir, com o Fascismo se tornando um regime que propunha a superação da lógica partidária, não havia a necessidade de nenhum partido, inclusive o próprio PNF, ou então, caberia a este, funções apenas propagandísticas ou de apoio ao governo.⁷⁶

O que se via na verdade, era uma disputa entre classes e grupos que se materializou no seio do partido. No qual os mais radicais, na medida em que queriam colocar o partido afrente do Estado, estavam ligados aos “primeiros fascistas” (grupo que surgiu junto com o movimento em 1919) e representavam a pequena burguesia e as classes médias que queriam uma revolução nova e única. Do outro lado, havia os “novos fascistas” que ingressaram após a Marcha sobre Roma e em suas bases tinham forças tradicionais, sobretudo a alta burguesia.⁷⁷

Mussolini se encontrara encrustado sobre esses dois grupos, de maneira análoga em que se encontrou Vargas com os tenentes e oligarcas. A saída encontrada por Mussolini foi uma terceira via, ou o “plano Mussoliniano” como apelidou Emilio Gentile,⁷⁸ no qual Mussolini tramou enfraquecer o partido no sentido de retirar camadas radicais de postos vitais, ingressar em boa parte dos cargos abertos novos membros abrindo as portas para a burguesia. A quebra de braço foi travada, com Mussolini saindo-se vencedor.

A grande questão era o papel do partido dentro da lógica do Estado. Porque para Mussolini o Estado fascista era a razão de tudo, estava inclusive na frente do PNF e dos próprios fascistas, o *Duce* deixara isto claro no primeiro discurso na Câmara italiana em 16 de novembro de 1922 logo após assumir o poder:

⁷⁵ FELICE, Renzo de; GENTILE, Emilio. A Itália de Mussolini e a origem do fascismo. São Paulo: Editora Ícone, 1988. Pg 34.

⁷⁶ GENTILE, Emilio. La vía italiana al totalitarismo: Partido y estado en el régimen fascista. 1ª edição, Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. Pg. 46.

⁷⁷ Ibidem, p. 45-46.

⁷⁸ Ibidem, p. 46-47.

O Estado é forte e demonstrará a sua força contra todos, mesmo contra eventuais ilegalidades fascistas, que constituiriam um ilegalismo inconsciente e impuro sem justificação possível. Devo, porém, acrescentar que a quase totalidade dos fascistas aderiu perfeitamente à nova ordem de coisas. O Estado não tenciona abdicar diante de quem quer que seja. Todo aquele que se levante contra o Estado será punido. Faço este aviso a todos os cidadãos e estou certo de que ele soará dum forma particularmente agradável aos ouvidos dos fascistas, que lutaram até a vitória por um Estado que se imponha a todos, absolutamente a todos, com precisa energia inexorável.⁷⁹

Poucos dias antes de assumir, em 20 de setembro de 1922 na cidade de Udina, Mussolini havia deixado claro para o partido sua relação com o Estado:

Teremos um Estado que faça este simples raciocínio: "O Estado não representa um partido, representa a coletividade nacional, abrange tudo, supera tudo, protege tudo e procederá contra todo aquele que atentar contra sua soberania imprescritível". Eis o Estado que deve sair da Itália de Vittorio Veneto. Estado que não dê razão ao mais forte; Estado diferente do liberal, que em cinquenta anos não soube criar uma tipografia para ter um jornal seu, no caso dum greve geral dos tipógrafos; Estado que não esteja à mercê da onipotência socialista, da defunta onipotência socialista; Estado que não proclame que os problemas se resolvem no ponto de vista unicamente político. Porque as metralhadoras não bastam se o espírito não as faz cantar. Toda a armadura do Estado desaba como um cenário gasto de opereta, quando não existe a consciência íntima dum dever ou dum missão a cumprir. Esta a razão porque queremos despojar o Estado de todos os seus atributos econômicos. Basta de Estado ferroviário, de Estado telégrafo-postal, de Estado segurador! Estamos fartos dum Estado que, exercendo as suas funções à custa das despesas de todos os contribuintes italianos, agrava assim o esgotamento das exaustas finanças do Estado! Ficar-lhe-á a polícia, que protege os homens bons dos atentados, dos ladrões e dos delinquentes; ficar-lhe-á a educação das novas gerações; ficar-lhe-á o exército, que há de garantir a inviolabilidade da Pátria e finalmente a política externa. E não se diga que assim despojado, o Estado fica muito restringido nas suas funções. Não! Conserva ainda muita coisa. Abdica de todo o domínio da matéria para tomar conta do domínio dos espíritos.⁸⁰

Observa-se neste trecho do discurso para a Câmara parte da ideologia de Mussolini que se manteve até a sua morte e que baseou suas escolhas. Era este o Estado idealizado pelo *Duce*, não cabe nesta pesquisa averiguar se de fato todo o ideário foi posto em prática, apenas observar os motivos que o levaram a fazer do partido aquilo que se tornou.

⁷⁹ MUSSOLINI, Benito. Discursos da Revolução. Prefácio de Ítalo Balbo, tradução Francisco Morais. Coimbra: Coimbra Editora, 1933. Pg. 35.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 14.

Fica claro pelo trecho e pela forma como os atos se seguiram que a missão sempre foi do Estado e não do partido, era função do Estado representar toda a coletividade, sobretudo era dele a função “de tomar conta do domínio dos espíritos”, mesmo que delegando funções ao PNF, seria sempre em prol do Estado.

A queda de braço vencida por Mussolini marcou a derrota de Farinacci e as aspirações do PNF enquanto motriz revolucionária e radical, para alguns, estes eventos significaram quase que a morte do PNF que perdeu sua vitalidade.⁸¹ Farinacci não teve forças para vencer Mussolini, pois se apegou à fração mais genuína do Fascismo, a pequena burguesia, quando deveria ter ampliado sua base para todos os grupos que ainda queriam uma revolução e verdadeira renovação política, como o campesinato e o proletariado industrial.⁸²

O ano de 1926 marca o período de subjugação do partido a Mussolini que foi retirando toda a personalidade própria do partido, o período Farinacci veio para alertar o *Duce* dos perigos da independência do PNF. Era necessário enfraquecê-lo para evitar momentos em que a opinião do partido se distinguisse da opinião de Mussolini.

Dessa forma, o regime, que em 1922 ainda não tinha uma fórmula pronta, se constituiu. Enquanto a queda de braço foi travada entre a maneira como o Estado seria montado, o próprio *Duce* consolidava sua posição como chefe e líder único, reforçando sua figura e seu poder, alcançando o regime boa estabilização em 1929.

De Felice considerava as relações de Mussolini com o partido de difícil definição, mesmo que na prática tenha seguido certa linha lógica. O *Duce* nunca pretendeu acabar com o PNF, pois sabia que no final das contas era ali o seu refúgio e o grupo mais fidedigno aos verdadeiros ideais fascistas, sem o PNF ficaria isolado e frágil ao poder das forças tradicionais.⁸³ Mas ao mesmo tempo, era difícil controlar o partido que tinha em vários chefes locais um poder descentralizado e discordante que precisava se submeter à autoridade do *Duce*. Com base nisto, o plano “mussoliniano” se resume:

El poder fascista debía articularse, pues, en dos instancias, la del partido y la del estado, y a fin de cuentas de entre las dos debía prevalecer la última, no la primera. Eso permitía a Mussolini valorizar

⁸¹ GENTILE, Emilio. La vía italiana al totalitarismo: Partido y estado en el régimen fascista. 1ª edição, Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. Pg. 113-114.

⁸² Ibidem, p. 122.

⁸³ Ibidem, p. 118.

su persona, y por tanto su poder personal, como símbolo del estado en sí (...)⁸⁴

O plano foi sendo elaborado logo após a Marcha sobre Roma é possível de ser verificado nas ações de engrandecimento do Estado e em discursos como o aqui citado nas páginas 34 e 35 em que a figura do Estado é exaltada acima do próprio PNF e dos fascistas.

Desta forma, o regime se consolidou de maneira diferente aos regimes que tradicionalmente são comparados ao Fascismo: a URSS com Stalin e a Alemanha de Adolf Hitler. De Felice citado por Emilio Gentile explica que obviamente Mussolini estava ciente dos acontecimentos nos outros países, mas aprendendo com os supostos erros e acertos dessas outras nações, se reafirmou de maneira diferente a eles. O *Duce* não pretendia seguir os passos do regime da URSS que se encontrava, após a morte de Lenin, com o partido sem unidade política, não se propôs a pensar no modelo de Hitler porque também observou na década de 30 que este modelo no qual se equiparava o poder do Estado e do partido havia criado conflitos de poder e competências.⁸⁵ E seria de fato complicado fazer do PNF a grande pedra angular do regime, como na URSS e na Alemanha, devido às relações que o Fascismo acabou por manter com elites tradicionais, como por exemplo, a monarquia.

De fato Hannah Arendt já explicitara sobre a dualidade de regimes totalitários, como a URSS de Stálin e o Nazismo, envolvendo os poderes do Estado e do partido, esta dupla autoridade, escondia o real poder de ambos, causando duplicação de órgãos e problemas entre poderes, mas nos dois casos Hannah Arendt observa o poder mais centrado no partido.⁸⁶

Mussolini preferiu então, construir o regime no absoluto princípio do Estado, sintetizou todo o pensamento fascista que levou anos pra se formar ao escrever “A doutrina do Fascismo”, publicada na década de 30 afirmando que:

A pedra fundamental da doutrina Fascista é a sua concepção do Estado, sua essência, suas funções e seus objetivos. Para o Fascismo, o Estado é absoluto, indivíduo e grupos, relativos. Indivíduos e grupos são admitidos somente enquanto eles estejam dentro do Estado. (...) O

⁸⁴ GENTILE, Emilio. La vía italiana al totalitarismo: Partido y estado en el régimen fascista. 1ª edição, Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. Pg. 119.

⁸⁵ GENTILE, Emilio. La vía italiana al totalitarismo: Partido y estado en el régimen fascista. 1ª edição, Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. Pg. 125-126.

⁸⁶ ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo: Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998. Pg. 534-548.

Estado, como concebido e concretizado pelo Fascismo, é uma entidade ética e espiritual que assegura a organização política, jurídica e econômica da nação, uma organização que da sua origem e do seu crescimento, é uma manifestação do espírito. O Estado garante a segurança interna e externa do país, mas também assegura e transmite o espírito do povo, elaborado através das eras, na sua língua, nos seus costumes, na sua fé. O Estado não é apenas o presente; ele é também o passado e, acima de tudo, o futuro. Transcendendo o breve conjuro de vida do indivíduo, o Estado se mantém como a consciência imanente da nação. As formas em que ele acha expressão mudam, mas a necessidade dele continuam. O Estado educa os cidadãos para o civismo, deixa-os cientes da sua missão, impulsiona-os para a união (...).⁸⁷

Ao afirmar que indivíduos e grupos seriam aceitos apenas quando estão dentro do Estado, Mussolini sintetiza o que se fez com o PNF. Tornou-se órgão assessor das vontades do *Duce*, tornou-se um sistema nervoso que responderia as vontades de Mussolini e passaria ao povo, exercendo a função de “grande pedagogo”.⁸⁸ Deveria o PNF formar a consciência da população, ampliando a participação da vida prática das pessoas, realizando a fascistização da sociedade. É com base nisso, que alguns autores, como Renzo de Felice e Emilio Gentile fizeram a defesa que o regime fascista alcançou certo grau de totalitarismo, combatendo ideias como a de Hannah Arendt que não creditava o Fascismo como um regime totalitário.⁸⁹

Não é objeto de estudo deste trabalho definir se o Fascismo foi ou não totalitário. Mas vale ressaltar os pontos em que os autores mesmo pensando de maneira diferente concordam em alguns pontos, como por exemplo, afirma Hannah Arendt, de maneira análoga a De Felice e Gentile ao colocar que:

A "revolução" consiste apenas no fato de que todas as posições governamentais são agora ocupadas por membros do partido. Em todos esses casos, o poder do partido reside num monopólio garantido pelo Estado, e o partido já não possui um centro de poder próprio. De natureza consideravelmente mais radical é a revolução iniciada pelos movimentos totalitários após a tomada do poder. Desde o começo, procuram conscientemente manter todas as diferenças essenciais entre o Estado e evitar que as instituições "revolucionárias" do movimento sejam absorvidas pelo governo.

Se este argumento, de partido “separado” do Estado possibilitou regime totalitário na Alemanha e URSS diferentemente da Itália, seria ou não o correto, não se

⁸⁷ MUSSOLINI, Benito. *La doctrina del fascismo*. [s.l. : s.n]. 1935.

⁸⁸ FELICE, Renzo de; GENTILE, Emilio. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. São Paulo: Editora Ícone, 1988. Pg 48.

⁸⁹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998. Pg. 437.

sabe. Mas vale ressaltar o diagnóstico de todos os autores para reconhecerem o enfraquecimento do partido no caso italiano se tornando propriamente o Estado, diferentemente do que ocorreu nos outros dois casos.

Da mesma forma que Emílio Gentile pressupôs o entendimento de Mussolini sobre o contexto global, com o que ocorria com os regimes na URSS e na Alemanha, pode-se ao menos supor que Vargas também se ateu aos acontecimentos na Europa e a tudo que ocorria nos regimes citados e no próprio governo italiano. E não seria absurdo pensar que Getúlio e seus grupos de apoio refletiram sobre as experiências nazifascistas e a forma como isso se daria no Brasil se fosse colocada em prática.

A opção escolhida em 37 ao iniciar o Estado Novo, representa a negação de vários outros projetos, que em maior ou em menor escala, estiveram no rol de possibilidade e disputa, dentre as quais está a opção de se ter algo que poderia vir a ser um partido único. Observará agora algumas opções de possibilidades de partido único que surgiram no emaranhado de conjunturas que se formaram de 1930 a 1937.

Vamireh Chacon atesta a possibilidade de um partido único com Vargas ao fazer referência a União Cívica Nacional: “Em determinado momento, Getúlio Vargas e seus companheiros estadonovistas pensaram seriamente em criar um partido único, típico de ditaduras fascistas.”⁹⁰ Sob o clima e maravilhados com o que se fazia na Itália e depois na Alemanha ao analisar o espectro internacional, da parte dos tenentes e dos militares existiram várias tentativas de unir o pensamento revolucionário de 30, em prol de uma coesão e real possibilidade de criar um partido nacional que pudesse garantir boa representação dos movimentos de 30.

A proposta de criação de um partido nacional possuía, inegavelmente, um forte acento de rejeição à “política” e aos “políticos”, entendidos e retratados como oligarcas decaídos e profissionais de burla, que dominaram a Primeira República (...). O tenentismo procurava construir um instrumento político que ideologicamente rejeitasse a mecânica do sistema representativo liberal-democrático. (...) Este é o terreno em que se forma e desenvolve a União Cívica Nacional.⁹¹

Com pensamentos fora da realidade democrática, algumas dessas tentativas se aproximavam bastante de ideais nazifascistas. O Clube 3 de Outubro é um bom

⁹⁰ CHACON, Vamireh. História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas. 3ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Pg. 139.

⁹¹ GOMES, Ângela de Castro. “Introdução”. Pg. 31-32. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

exemplo. Ao analisar um programa do clube em 1934, ficam evidentes as comparações com o nacional socialismo alemão:

Traço comum entre o outubrismo e o nazismo – Para exemplo tem como o nazismo um traço comum: a necessidade, ainda entre nós insuficientemente sentida, pela ignorância da situação verdadeira, de liberta-se uma pátria econômica e moralmente escravizada. E, em parte, decorrente disso mesmo, temos ainda em feição comum a inclusão do conceito socialista dentro do espírito do nacionalismo superior, não como simples soma, mas como um todo orgânico inseparável.⁹²

Com comparações como esta e críticas ferrenhas aos trabalhos dos políticos na Constituinte de 34 em apoio a Vargas, várias são as ideias do grupo que também foram vistas no Estado Novo. Criado com o intuito de ser grupo de pressão sobre Getúlio, o ideal do grupo era fazer valer alguns itens mais radicais que estavam na agenda dos revolucionários em 30, foram contra a reconstitucionalização do país, servindo de bom apoio a Vargas em vários momentos. Foi, de fato, um dos movimentos dos tenentes que tinha um espectro com horizontes fascistas e que poderia vir a ser um partido único, afinal de contas negava os princípios democráticos e eram simpáticos ao modelo de Estado italiano e alemão.

Uma opção que surgiu nesse confuso momento entre 1930 e 1937 foi a Ação Integralista Brasileira (AIB), talvez a mais emblemática, pela constituição do partido ser de fato análoga ao PNF e pela fé de seu líder, Plínio Salgado, em acreditar que a AIB seria o cerne do Estado Novo. O apoio do chefe da AIB foi contínuo desde o surgimento do partido, e o apoio ao golpe de 37 fica claro, como explicita Gilberto Calil:

De fato, o próprio Salgado relatou em depoimento ao DOPS, em fevereiro de 1939, ter se reunido com Vargas em setembro de 1937, passando desde então a “manter-se em colaboração com o General Gaspar Dutra, por intermédio do General Newton Cavalcanti”. 4 O ponto máximo desta colaboração foi a marcha Integralista ocorrida em 1º de novembro de 1937, cuja pretensão era ser, ao mesmo tempo, uma demonstração de força do movimento e de seu apoio a Vargas.(...) os integralistas procuravam reproduzir a ‘marcha sobre Roma’, dos fascistas.⁹³

Apoiando o início do Estado Novo, as expectativas de Plínio Salgado foram reveladas em cartas para Getúlio reveladas apenas em 1945 ao dizer que:

⁹² CHACON, Vamireh. História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas. 3ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Pg. 331-332.

⁹³ CALIL, Gilberto. “Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação”. In *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora, vol. 30,. Nº 1, 2010. Pg 66-67.

Perguntei qual seria na nova ordem, a situação da Ação Integralista Brasileira, ao que o Dr. Francisco Campos respondeu que ele seria A BASE DO ESTADO NOVO, acrescentando naturalmente que o INTEGRALISMO teria que ampliar os seus quadros para receber todos os brasileiros que quisessem cooperar no sentido de criar uma grande corrente de apoio aos objetivos do Chefe da Nação. (...). Eu tinha a impressão de que se iria formar uma União Nacional de que o Integralismo seria o cerne.⁹⁴

Afirmava ainda:

“Eu tinha a impressão de que se iria formar um partido único: que o Integralismo seria o cerne desse partido; que além desse partido, existiria uma vasta organização da juventude, à qual não seriam, de nenhum modo, arrancados os símbolos queridos, os gestos e saudações que constituem toda a alegria de sua vida.”⁹⁵

Foi grande o desapontamento de Plínio Salgado após o fechamento de todos os partidos, inclusive a própria AIB. O movimento saiu enfraquecido, pois inegavelmente o Estado Novo continha parte das reivindicações dos integralistas, como por exemplo, o corporativismo, a centralização, um Estado forte, dentre outros pontos. Isso acalmou os simpatizantes do integralismo fragmentando o grupo, assim como as atitudes de Plínio Salgado em constantemente não tomar uma posição decisiva, naufragando nas constantes tentativas de reatar laços com Getúlio.

Outra opção que surgiu como saída partidária para Vargas que poderia ser usada posteriormente como um partido único foi a União Cívica Nacional (UCN), longe de ter a força que tinha a AIB em 37, mas tinha como diferencial o maior envolvimento por parte de Vargas. Segundo afirma Dulce Pandolfi: “Através da UCN, o Norte e Vargas preparavam-se para enfrentar o desafio da Assembleia Nacional Constituinte. Segundo a oposição, o que se fez sob o nome da União Cívica Brasileira foi fundar um partido político para apoiar o governo.”⁹⁶ Pode-se compreendê-la como uma tentativa de militares e de forças de Vargas em manter o espírito revolucionário:

Nas diversas investidas tenentistas realizadas no sentido de aglutinar as forças revolucionárias, a ideia de se criar uma organização de caráter nacional sempre esteve presente. A Liga Nacional, a Legião de Outubro e o Clube 3 de Outubro são expressões desse tipo de preocupação. Todas se definiam como organizações sem caráter explicitamente partidário, que deviam agir na defesa dos ideais

⁹⁴ CARONE, Edgard. Terceira República (1937-1945). São Paulo: DIFEL, 1976. Pg. 18.

⁹⁵ CARONE, Edgard. Terceira República (1937-1945). São Paulo: DIFEL, 1976. Pg. 23.

⁹⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Pg. 367.

revolucionários, obedecendo a um mesmo modelo organizacional: diversas sedes estaduais vinculadas a um único núcleo central.⁹⁷

Compreende-se o período do Governo Provisório cercado com tentativas de Vargas em unir suas forças frente à possibilidade de um reconstitucionalização do país. Se houve um bom momento para criar um partido nacional, unificado nos ideais de 30, este seria no Governo Provisório. Um partido de pleno apoio a Vargas seria a porta de entrada para que, se necessário, instituir o unipartidarismo. Afinal de contas, seria um partido que já nasceria em plena oposição aos ideais democráticos e partidários,⁹⁸ com a liderança quase que hegemônica de Vargas (ao contrário da AIB). Mas não foi o que ocorreu, a Constituição de 1934 ganhou forte caráter oligárquico, uma nova conjuntura se formou até o golpe iniciando o Estado Novo.

Pode-se questionar o porquê de tenentes e Vargas com civis falharem em possíveis tentativas de iniciar um partido. Na busca para compreender o fracasso dessas tentativas, está a resposta para o fim total dos partidos políticos em 37.

Ao observar a atuação e a história do Clube 3 de Outubro e da UCN, observará que ambas não conseguiram unificar várias correntes em prol de um objetivo maior. Ângela de Castro Gomes observou a falta de coesão dos militares:

O tenentismo enfrentava profundas divergências, fracionando-se diante do problema básico constituído pela necessidade de traçar a orientação política do movimento face às reações oligárquicas. Nesse sentido, havia setores tenentistas que já aceitavam realizar um esforço de aproximação com os políticos oligárquicos, enquanto outros permaneciam rígidos em sua proposta de manutenção da ditadura e de exclusão do profissionalismo político.⁹⁹

Essas dissidências dificultaram a ação dos tenentes, e de Vargas, que não conseguiram ser hegemônicos em estados com oligarquias fortes e tradicionais (problemas em SP, RS e MG). Conquistaram seu maior apoio entre os oligarcas do norte e parte do nordeste do país, lugares em que as elites se sentiam desprestigiadas no período da Primeira República.¹⁰⁰ Objetivando impedir a Constitucionalização e após

⁹⁷ PANDOLFI, Dulce Chaves. "A trajetória do norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Pg. 360.

⁹⁸ Ver citação na página 39.

⁹⁹ GOMES, Ângela de Castro. "Introdução". Pg. 29. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

¹⁰⁰ PANDOLFI, Dulce Chaves. "A trajetória do norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Pg. 345.

não conseguir, tentaram colocar na nova Constituição seus projetos de nação, em certa medida, também fracassaram. Em 34 a força oligárquica mostrou-se novamente ativa e combativa, mesmo que muitas vezes também tenha se mostrado dividida. Já as eleições de 1933 e 1934 e a reconstitucionalização representaram a “pena de morte do tenentismo”.¹⁰¹ Interessante observar algumas falas de um dos grandes pensadores do Estado Novo, Francisco de Oliveira Viana, em que se concretiza uma forma de pensar que explique os fracassos e a impossibilidade de um partido forte que viria a ser único:

Em primeiro lugar faltaria ao Partido Único uma mística, de que o Partido fosse o órgão realizador, capaz de justificar perante a opinião pública – a opinião dos **by-standers**, dos que estão de fora e que seria a quase totalidade da Nação – o monopólio dos cargos públicos, conferido aos membros deste Partido. Não há, em nosso povo, em sua *psychologia collectiva*, condições para a constituição de uma mística viva e orgânica, uma mística que se apodere da alma nacional e o mova num sentido nitidamente determinado, para um objectivo preciso – como o nacionalismo imperialista dos italianos de Mussolini ou o nacionalismo racista dos alemães de Hitler.¹⁰²

A incapacidade de formar um partido que aglutinasse os ideais revolucionários em 30, já poderia ser um indício que de fato uma ditadura poderia ser formada sem partido. O interessante de falas como esta de Oliveira Viana é que elas exemplificam que grande parte dos pensadores de um novo regime, como parte dos políticos e grupos alinhados com Vargas (tenentes) que tinham inspirações ditatoriais e até fascistas, mas reconheciam primeiramente a singularidade da questão brasileira e que não se trataria apenas de pegar uma forma de governo europeu e aplicar ao Brasil.

O fato é que entre 1934 e 1937 o jogo político se modificou, trazendo novos arranjos para Vargas lidar, e nesta conjuntura organizar o projeto que acabou vencedor iniciando o Estado Novo, projeto este centralista, interventor, estatal e ditatorial. Ficou de fora a ideia de manter um partido único, justificado no Decreto Lei nº 37:

Considerando que a multiplicidade de arrematadas partidárias, com objetivos meramente eleitorais, ao invés de atuar como fator de esclarecimento e disciplina da opinião, serviu para criar uma atmosfera de excitação e desassossego permanentes, nocivos à tranquilidade pública e sem correspondência nos reais sentimentos do povo brasileiro;

Considerando, além disso, que os partidos políticos até então existentes não possuíam conteúdo programático nacional ou esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo

¹⁰¹ CARONE, Edgard. Segunda República (1930-1937). São Paulo: DIFEL, 1973. Pg. 259

¹⁰² SANTOS, Samuel Martins. Paradoxo da Primeira República no Brasil: entre a ordem jurídica e a identidade nacional. Curitiba: Juruá, 2008. Pg. 192.

regime, pretendendo a transformação radical da ordem social, alterando a estrutura e ameaçando as tradições do povo brasileiro, em desacordo com as circunstâncias reais da sociedade política e civil; Considerando que o novo regime, fundado em nome da Nação para atender às suas aspirações e necessidades, deve estar em contato direto com o povo, sobre posto às lutas partidárias de qualquer ordem, independentemente da consulta de agrupamentos, partidos ou organizações, ostensiva ou disfarçadamente destinados à conquista do poder público.

É interessante observar ainda a fala de Vargas em conversa com sua filha Alzira Vargas sobre um possível plebiscito para “validar” o Estado Novo, no qual Getúlio respondeu:

O golpe de 10 de novembro foi justamente para evitar qualquer movimento eleitoral que só poderia nos prejudicar nesta situação, e me perguntas pelo plebiscito? Não te passou ainda pela cabeça que os dois únicos partidos de âmbito nacional existentes no Brasil têm suas origens fora do Brasil: o comunista e o integralista. Todos os outros representam apenas interesses locais ou, quando muito, regionais.¹⁰³

Ao observar o preâmbulo do decreto e esta conversa com sua filha o que se deixa transparecer é o incômodo de Vargas com todos os partidos políticos, até mesmo as tentativas encabeçadas por ele, ao dizer “representam apenas interesses, locais, ou quando muito, regionais” parece estar falando de situações como a do norte do país que se aglutinou sob a UCN tentando fazer valer sua força, mas incapaz de se fortificar plenamente e ganhar um caráter nacional. Impossibilidade de garantir um caráter nacional que ficou expresso também no decreto de 1937.

Em Vargas de 1930 a 1937 podem ser observadas suas táticas e nelas, suas falhas. Com grande capacidade de se aproveitar das dissidências tanto de oligarcas como dos militares, Vargas fortificou a sua figura, mas ao mesmo tempo isso mostra a fraqueza de Getúlio tendo grande dificuldade para encontrar uma base sólida de apoio sem ter que negociar constantemente com opositores e situacionistas.¹⁰⁴

Boris Fausto assinalou que a Revolução de 30, não se tratou de uma luta de classes, seja entre uma elite agrária e o surgimento de uma burguesia urbana industrial, ou de qualquer outro confronto de classes, foi uma revolução que veio a deixar de lado o apoio incondicional de qualquer setor da sociedade, tentando fortalecer a todos,

¹⁰³ VARGAS, Lutero. A revolução inacabada. Rio de Janeiro, 1988. Pg. 128.

¹⁰⁴ GOMES, Ângela de Castro. “Introdução”. Pg. 29. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Pg. 29.

quando convinha.¹⁰⁵ Sem algo forte como uma luta de classes, ou algo do tipo, foi difícil superar o peso do passado oligárquico para formar um partido nacional para que assim se vislumbrasse um partido único, esta opção pareceu demasiada cansativa, escolheu o caminho, como dito no próprio decreto do fim dos partidos, um regime em que o contato entre o povo e o governo seria direto. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) fez o trabalho que na Itália passou a ser feito pelo PFN. No Estado Novo não haveria um partido mediando as relações entre Estado e povo, seria feito de maneira direta, um Estado com um nacionalismo que “abraça” o povo garantindo direitos sociais e trazendo-os em contrapartida aos seus domínios, retirando os direitos políticos que até então, na visão de Vargas e seus apoiadores, apenas perpetuavam um liberalismo excludente voltado em prol de uma minoria.

¹⁰⁵ FAUSTO, Boris. “A Revolução de 1930”. Pg. In: MOTA. Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. 20ª edição. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1995.

Conclusão

O cerne desta pesquisa girou em torno da questão do porque da extinção dos partidos políticos no Estado Novo de Vargas, e a não implementação de uma ditadura unipartidária como nos moldes italiano, tendo em vista a áurea fascista que envolvia o Brasil em toda Era Vargas. Para isso, no primeiro capítulo foram analisados os precedentes desse período como forma de compreender as nuances que surgiam no período anterior e que exerceram força depois da Revolução de 30, fazendo o mesmo no caso italiano. Pôde ser constatado que os antecedentes e a forma como a tomada de poder se deu, favoreceu a constituição de um partido único no regime de Mussolini, diferentemente da situação de Vargas que mesmo antes e depois de assumir o poder, não encontrou um cenário favorável para que o unipartidarismo pudesse ser instaurado.

Buscou-se compreender ainda as mudanças ocorridas no Partido Nacional Fascista (PNF) depois da Marcha sobre Roma, dividido em facções locais lidou com grupos que queriam colocar o partido em posição superior ao próprio Estado e com grupos que queriam até mesmo o seu fim. Entre modelos de Estado tão divergentes venceu o plano de Mussolini, com o Estado acima de tudo, deixando o partido como um órgão assessor. Importante ressaltar esses problemas internos que ficaram como “lição” para outros regimes, como o de Vargas no Brasil, e vislumbrar a real importância que um partido único pode vir a ter.

Ao analisar o cenário brasileiro entre 1930 a 1937, observaram-se algumas tentativas de aglutinar aqueles que apoiaram Getúlio em um âmbito político para fazer frente às oligarquias estaduais que ainda possuíam grande força na lógica política da época. Essas tentativas de aglutinar um grupo contendo boa parte das reivindicações de Getúlio foram falhas, o que desestimulou o ideal de um pensamento unipartidário que em boa medida se encontrava entre o movimento tenentista. A União Cívica Nacional, o Clube 3 de Outubro e, vindo de fora do governo mas sempre apoiando, a AIB, foram grupos importante neste interregno até o início do Estado Novo, foram algumas das possibilidades que poderiam vir a ser um partido único.

Fracassando em prol de uma unidade nacional no campo partidário, coube a Vargas fechar sua cúpula arregimentando seus apoiadores em órgãos públicos vitais, construindo um aparato estatal que o permitiu governar até 1945, saindo sob fortes mudanças no campo político global após o fim da Segunda Guerra Mundial. A escolha

pelo veto a um partido único, não torna a afirmação da inspiração fascista no governo constituído no período do Estado Novo errada. O corporativismo, o culto sobre a necessidade vital de um líder que guie as massas, a supremacia do Estado, as ligações de nomes importantes que pensaram o Estado Novo com o ideário autoritário fascistas (como Francisco Campos e Oliveira Vianna), dentre outras facetas demonstram as relações com o Fascismo. O que se pode afirmar quanto ao caso brasileiro, e isso é verificado ao observar a política econômica adotada por Vargas e no posicionamento conforme o desenrolar da Segunda Guerra Mundial,¹⁰⁶ é que a política colocou em boa medida o nacionalismo sempre à frente, supostamente cuidando dos interesses do Estado, acima de países como a Alemanha e os Estados Unidos. Reconhecia-se a necessidade de criar algo que fosse verdadeiramente aplicável à realidade brasileira em oposição ao modelo da Primeira República. Mesmo que importado de um país como a Itália, deveria ser colocado sob a ótica brasileira. Por razões como esta é que constantemente se negava a aproximação do Estado Novo com regimes totalitários, por se considerarem únicos e porque se alinhar a países ditatoriais, significaria piores relações com tantos outros, dificultando os objetivos de crescimento econômico nacional.

Ao afirmar que tudo deveria ser colocado sob a ótica brasileira, se trata também de reconhecer a realidade diversa aqui enfrentada e que certos caminhos não poderiam ser trilhados. É o caso do unipartidarismo, queria-se um Estado com a supremacia da União e com o culto ao líder do executivo, mas não se conseguia nem ao menos um partido nacional que unisse esse pensamento. A ideia da União Cívica Nacional era ser primeiramente uma coligação, que ainda lidaria com os partidos estaduais, exerceu esta função pensando na Assembleia Constituinte e depois se tornaria um verdadeiro partido nacional, mas tamanha era a força das oligarquias e dessa característica brasileira que a UCN parou ainda na primeira etapa.

Com foi afirmado no fim do segundo capítulo, parecia haver em Vargas certo descrédito em seguir pelo caminho da política partidária, em construir um partido único, seria difícil construir o partido mesmo entre aqueles que queriam a materialização das promessas da Revolução de 30, Getúlio construiu sobre si a ideia do homem que a tudo

¹⁰⁶ VIANNA, Luiz Werneck. "O Estado Novo e a "ampliação" autoritária da república". Pg. 118-125. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (org.). República do Catete. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

unificaria, seguiu o mesmo caminho de Mussolini, mesmo que trilhando caminhos diferentes. Mussolini enfraqueceu o Partido Nacional Fascista em prol do Estado e da figura de um grande líder que seria ele mesmo, Vargas acabou por fazer o mesmo, fortalecendo e centralizando o Estado e conseguiu criar um mito sobre sua figura sendo constantemente lembrado até os dias atuais, se não conseguiu formar um partido que aglutinasse tudo e todos, tentou construir em sua própria figura aquele que deveria unir toda a nação.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

- BRASIL. PRESIDENTE (1930-1945: Vargas) Discursos, mensagens e manifestos (1930-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. 687p.
- CARONE, Edgard. Terceira República (1937-1945). São Paulo: DIFEL, 1976.
- MUSSOLINI, Benito. Discursos da Revolução. Prefácio de Ítalo Balbo, tradução Francisco Morais. Coimbra: Coimbra Editora, 1933.
- MUSSOLINI, Benito. La doctrina del fascismo. [s.l. : s.n]. 1935.
- VARGAS, Lutero. A revolução inacabada. Rio de Janeiro, 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Alzira Alves de. Aliança Liberal. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário da elite republicana de 1889 a 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.
 - AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação dos 100 anos de literatura. In: Revista Debates. Porto Alegre, v. 7, n. 2, 2013.
 - ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo: Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.
 - BOBBIO, Noberto. Do Fascismo à democracia. Os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
 - CALIL, Gilberto. “Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação”. In Locus, Revista de História. Juiz de Fora, vol. 30,. Nº 1, 2010.
 - CARON, Giuseppe Rafael. Discursos de Benito Mussolini: permanências e mudanças (1919-1922). 2015. 126 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

- CARONE, Edgard. Segunda República (1930-1937). São Paulo: DIFEL, 1973.
- CHACON, Vamireh. História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas. 3ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.
- FELICE, Renzo de; GENTILE, Emilio. A Itália de Mussolini e a origem do fascismo. São Paulo: Editora Ícone, 1988. Pg. 19 e 22.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GENTILE, Emilio. La vía italiana al totalitarismo: Partido y estado en el régimen fascista. 1ª edição, Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.) A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 3ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1990.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. 20ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. Pg. 67-69. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). A república no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira – FGV, 2002.
- RÉMOND, René. Por uma historia política. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- SANTOS, Samuel Martins. Paradoxo da Primeira República no Brasil: entre a ordem jurídica e a identidade nacional. Curitiba: Juruá, 2008.
- SASSOON, Donald. Mussolini e a ascensão do fascismo. Trad. De Clovis Marques. São Paulo: Agir, 2009, 200 p.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). 3ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1990.
- VIANNA, Luiz Werneck. “O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da república”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (org.). República do Catete. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

Declaração de autenticidade

Eu, Michel Fernandes de Queiroz, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Partido Único ou supressão partidária: As escolhas de Mussolini e Vargas em seus regimes” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.